

Foi criada, através de um decreto presidencial que não passou pelo Congresso, a "Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia", um órgão com poder de polícia para investigar, intimar e solicitar a remoção de conteúdo da internet em menos de uma hora, sem necessidade de ordem judicial. Na prática, a agência funcionará como uma censura oficial para perseguir jornalistas independentes e qualquer voz dissonante ao governo, sob o pretexto de combater a desinformação.